

Tópicos sobre pesquisa social em Geografia no âmbito dos Institutos Federais no Brasil – apontamentos introdutórios



João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão ^[1]

[1]joao.aragao@ifpb.edu.br. Instituto Federal da Paraíba – Campus Esperança. Rua Joaquim Virgulino, S/N, Centro. Esperança – PB.

RESUMO

Este artigo apresenta tópicos sobre pesquisa social à luz da Geografia, enquanto disciplina da matriz curricular do Ensino Básico e área do saber autônoma, no âmbito dos Institutos Federais no Brasil. Trata-se de uma contribuição à pesquisa em Geografia e interdisciplinar que, longe de encerrar as possibilidades de ação, visa dar subsídios introdutórios. A fundamentação teórica e metodológica parte da história do presente e verifica que, em diferentes momentos de sua evolução, o Ensino Técnico e Profissional esteve submetido a anseios extremamente elitistas, os quais afastavam tais instituições de suas finalidades tidas, no plano simbólico, como sociais. Na atualidade, vê-se que os IFs têm a oportunidade de consolidarem-se efetivamente como mecanismos de promoção da ascensão social e da mitigação dos abismos sociais que ainda perduram no Brasil. Há, contudo, a necessidade de fundamentar a pesquisa social como forma de apoio cabal ao modelo de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico. Áreas de conhecimento como a Geografia permitem a condução de linhas de estudo e pesquisa coerentes com essas demandas, haja vista sua proximidade com temas relativos ao trabalho, à globalização, às questões socioambientais, ao desenvolvimento e à cidadania. Por fim, apontam-se ainda possibilidades de ações interdisciplinares na pesquisa social, o que amplia o leque de profissionais e de estudiosos, envolvidos diretamente ou não com o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na leitura deste trabalho.

Palavras-chave: Pesquisa social. Geografia. Institutos Federais.

ABSTRACT

This article presents topics of social research in the light of Geography as a discipline of the curriculum of basic education and area of knowledge autonomously under the Federal Institutes in Brazil. It is a contribution to research in Geography and interdisciplinary that, far from closing the possibilities of action, seeks to give introductory subsidies. The theoretical and methodological basis of the history of this and notes that, at different times of their evolution, the Vocational and Technical Education has been subjected to extremely elitist aspirations, which departed such institutions of its purposes, taken the symbolic and social plan. Today, it is seen that the Federal Institutes have the opportunity to consolidate itself effectively as mechanisms to promote social mobility and mitigate the social chasms that still persist in Brazil. There is, however, the need to support social research as a way to fully support the professional education model, Technical and Technological Advice. Knowledge of areas such as geography allow the conduct of study and research areas consistent with these demands, given its proximity to issues relating to labor, globalization, environmental issues, development and citizenship. Finally, they point still possibilities for interdisciplinary actions in social research, which expands the range of professionals and scholars directly involved or not with the Basic Education, Technical and Technological Advice, in reading this work.

Keywords: Social research. Geography. Federal Institutes.

1 Introdução

Este artigo traz tópicos relevantes ao que se propõe chamar de *pesquisa social em Geografia* no âmbito dos Institutos Federais no Brasil. Além de justificar o termo *pesquisa social*, aparentemente contraditório, se visto na perspectiva da Geografia Humana e até na das correntes socioambientais dessa ciência, são apontadas linhas de estudo e de pesquisa coerentes com o papel dos Institutos Federais (IFs) na contemporaneidade brasileira. Trata-se de uma contribuição singela, mas bem-vinda à pesquisa em Geografia e de base interdisciplinar que, longe de encerrar as possibilidades de ação, visa a dar subsídios introdutórios.

O percurso metodológico, bem como a problematização do tema, toma como base a história do presente. A partir da evolução histórica dos IFs, ainda na forma das Escolas de Artífices, no limiar do século XX, faz-se uma análise sobre o papel das instituições técnicas no todo da pesquisa social, focando as contribuições da Geografia, enquanto componente curricular do Ensino Básico nos atuais Institutos Federais.

Acredita-se que, em diferentes momentos da história brasileira, o ensino nas instituições técnicas esteve atrelado às demandas da sociedade, sendo, todavia, controladas pelas elites políticas cujos interesses próprios divergiam no processo de materialização das instituições. No presente, a pesquisa social consolida-se como uma das principais bases para a sustentação da vertente *técnica e tecnológica* dos IFs. Disciplinas que indicam e permitem o alargamento de contribuições científicas, como a Geografia, servem de referência analítica e metodológica, para direcionar linhas de pesquisa que auxiliam na efetivação dos IFs como mecanismos de expansão de habilidades e conhecimentos em consonância com os anseios de ascensão social, de cidadania e de qualidade de vida, com diminuição dos abismos econômicos e políticos que ainda perduram no cerne das relações sociais no Brasil.

2 As raízes dos Institutos Federais e a evolução de sua função social

A história dos Institutos Federais está vinculada ao surgimento da rede federal de educação profissional e tecnológica que, no Brasil, nos remete ao ano de 1909 com a Escola de Aprendizes e Artífices. Esse período é marcado politicamente pela embrionária República brasileira, cuja inserção econômica no

bojo das relações internacionais ainda era fortemente dependente da condição agrária do país. Ainda assim, o desejo em amplificar o potencial da indústria e dos serviços urbanos pautados no desenvolvimento de técnicas produtivas inspira o governo a criar os primeiros programas de ensino técnico e de profissionalização no Brasil.

A incipiente indústria demanda mão de obra. Ainda sem os grandes contingentes migracionais oriundos principalmente da Europa, resta ao governo subsidiar tais empreendimentos preparando indivíduos de classes sociais baixas para preencher tais vazios. Há que se destacar, nesse contexto, que a iminente pressão social oriunda da não inserção da ex-mão de obra escrava incentiva a criação dos serviços de formação técnica e profissional, embora, na concepção de autores como Martins (2013), o ex-escravo ainda fosse mantido sob um processo de transição sob a égide do cativo da terra.

Germinam da mistura dessas questões socioeconômicas e políticas as raízes dos atuais Institutos Federais. Conforme o Ministério da Educação (2015),

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets).

A partir dessa institucionalização, verifica-se, *pari passu* ao processo de intensificação da industrialização brasileira, um aumento da importância dessa rede federal, uma vez que ela incrementa a aptidão brasileira, mediante as condições técnicas da época, para participar no sistema de produção capitalista cuja divisão internacional do trabalho, segundo Furtado (2007), passava a demandar novas áreas para produção e consumo, haja vista a transcontinentalização do modelo capitalista industrial emergente na Europa do século XVIII.

Um exemplo concreto é dado em 1927, com a sanção do Projeto Fidélis Reis, que torna obrigatório o fornecimento do ensino profissional no país. Dez anos mais tarde, a Constituição Federal trata, pela primeira vez, da educação técnica, profissional e industrial e muda a denominação das Escolas de Aprendizes e Artífices para Liceus Industriais. Verifica-se, desde essa época, uma atuação incisiva do Estado brasileiro, ainda que centralizador, bastante influenciada

pelos moldes de reestruturação capitalista do período entre guerras.

Se por um lado tal processo é reflexo de uma sociedade que conhece a modernização industrial e integra-se ao processo germinal do capitalismo financeiro mundial, por outro lado, colhem-se os gargalhos de um processo feito de forma acelerada e atrasada duzentos anos em relação às regiões centrais da indústria mundial.

O processo de modelação do ensino técnico no Brasil segue, assim, uma Geografia elitista pautada não no suprimento dos anseios sociais das classes menos privilegiadas (como era pregado no discurso das classes majoritárias), mas, sim, conforme o interesse do Estado conservador brasileiro e das elites rurais do Sudeste que, conforme Furtado (2007), migram para as cidades em busca da reprodução de seu status político ante a derrocada do café e a emergência do capital industrial.

O papel do Estado é indiscutível, seja por meio da criação de escolas técnicas e profissionais, seja segundo a instituição de um aparato jurisdicional que justifique a regulamentação do ensino técnico e profissional no Brasil. Há, todavia, uma clara concentração espacial na oferta de serviços educacionais nas áreas de forte tendência à industrialização no país.

Na contramão do ajuste aos fortes desníveis regionais que fragmentam a formação socioeconômica brasileira, as raízes da educação profissional e tecnológica no Brasil e sua organização espacial, mediante a distribuição de nossa indústria na primeira metade do século XX, apontam para uma ação a favor das elites industriais. Tal processo articula-se e beneficia o modelo de crescimento econômico altamente concentrado que direciona a política econômica brasileira na maior parte do século XX, contrapondo-se ao que estudiosos como Fernandes (2008) defendiam, isto é, uma política de combate ao subdesenvolvimento de imposição externa sob o qual evolui a economia e a formação sociocultural brasileira.

A transformação dos Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário em 1942, é uma superficialidade no cerne do planejamento do Estado brasileiro para com a educação técnica. A ampla influência de países capitalistas, como os Estados Unidos, é, desde o governo de Getúlio Vargas, uma marca da difusão desse modelo de ensino no Brasil. Mas que haveria de mal na interação com outros países?

O *mal* não está na relação em si, o que é próprio, aliás, de um processo de internacionalização de capitais e de culturas. O problema reside na condição imposta e assumida pelo Brasil, desde o limiar de sua difusão industrial, como mero reproduzidor dos interesses de acumulação capitalista globalizada das grandes empresas estrangeiras e Estados-nação centrais.

O final da segunda Guerra Mundial promove um novo arranjo em prol do capitalismo no Brasil. Ainda que seja possível identificar ações de esquerda no âmbito das ações políticas de movimentos sociais urbanos e agrários, o que se vê, de modo explícito, é a crescente mercadorização da economia, havendo variações superficiais no sistema político econômico no governo de Juscelino Kubitschek, passando pelos governos militares até a redemocratização do país.

No interior da sociedade brasileira, as condições criadas pelo Estado não são produzidas a partir das demandas sociais legítimas. Elas são difundidas em diálogo com os sistemas técnicos de produção globais e anexadas ao território para permitir a chegada e a fixação de capitais estrangeiros. O território nacional e suas riquezas naturais, a mão de obra do povo brasileiro e sua formação qualificada, são condições exigidas pelo grande capital, seja ele de indústrias, bancos, empreendimentos agropecuários, empresas do setor terciário, etc. O lema *crecimento a qualquer custo* difundido no período militar é uma expressão disso.

Frisa-se que, ao longo desse processo, os indivíduos defensores e atuantes na educação profissional e tecnológica brasileira reagiram de forma diferenciada aos trâmites políticos desse modelo educacional, não sendo, portanto, conduzidos cegamente. A maior autonomia didática e de gestão conferida em 1959 às Escolas Industriais e Técnicas, que são transformadas, nesse mesmo ano, em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, é um exemplo de que internamente tais instituições também eram dotadas de formas de poder com capacidade de expressão, intervenção política interna e capacidade de diálogo com as lideranças governamentais, mesmo durante o período da Ditadura Militar.

O final da década de 1990 põe em diálogo mais que explícito os interesses de modernização produtiva do Estado e das forças externas da globalização, isto é, as grandes empresas capitalistas mundiais. A neoliberalização econômica que se materializa com a venda de empresas estatais ao capital privado inter-

nacional é acompanhada, no segmento educacional, pela ampliação das bases legais de expansão da rede de educação técnica e profissional.

Apesar da aparente dissociação dos fatos, destaca-se o processo de privatização dos aparatos estatais de produção que não é restrito à chegada do poder das empresas estrangeiras na economia brasileira, mas alcança também os horizontes educacionais de formação para o mercado de trabalho.

São exemplos disso: a instituição da Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que forma o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; da Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB), de 20 de novembro de 1996, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio; do Decreto 2.208, que regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), em 1997; a retomada do processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em 1999; e a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio, permitida pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.

O conhecimento é definitivamente consolidado como matéria-prima para inserção do país no mundo globalizado e, igualmente, para a competitividade e segurança econômica das empresas estrangeiras que passam a ter, cada vez mais, poder perante o Estado e seus governantes. Tem-se, desse modo, que, no âmbito da globalização, a capacidade de inserção do país não está apenas vinculada a sua subordinação aos ditames do império do capital estrangeiro, mas principalmente no poder de intermediação do Estado no que diz respeito à criação de políticas públicas que beneficiam o mercado.

Em outras palavras, a difusão do processo de globalização não se faz separadamente das condições técnicas e científicas materializadas nas tecnologias de transporte, comunicação e produtividade condicionadas pelo Estado. A expansão de redes rodoviárias e aéreas, dos sistemas de comunicação, das redes de produção de pesquisa científica, das aglomerações urbanas e rurais, com funcionalidade produtiva econômico-social, ocorre de forma articulada mediante a proliferação de próteses de finalidade capitalista e também de maneira cultural que permitem a difusão de práticas de conhecimento em velocidade jamais observadas.

A formação de contingentes capacitados para operar essa engenhosa máquina de reprodução do capital é, pois, uma condição fundamental. Precisa-se de técnicos, engenheiros, professores, médicos, publicitários, especialistas dos mais diversos, sobretudo, daqueles profissionais cuja formação é demandada em maior quantidade pelos setores de produção tecnológica e de inovação. Estariam selados ao capital os destinos da educação, especialmente a técnica, tecnológica e profissional, no Brasil? Espera-se que não.

Mesmo diante de um território de dimensões continentais sobre o qual ainda resistam desníveis econômicos e políticos inter e intrarregionais, verifica-se como nunca a possibilidade dos atuais mecanismos de produção de conhecimento técnico, tecnológico e profissional serem conduzidos a favor da cidadania e dos grandes temas nacionais, como aludem Morigi e Pacheco (2012). Destaca-se aqui a demanda por habilidades que permitam o acesso ao emprego ou a produção de condições de geração de emprego e renda; a inserção de saberes e tecnologias que alimentem políticas sustentáveis do ponto de vista socioambiental; o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos e geradores de renda para o pequeno produtor rural, industrial, comerciante, prestador de serviços; o desenvolvimento de práticas de amadurecimento político de nossa população (refere-se aqui a algo mais que o já insuficiente ato de votar, tendo em mente, para além disso, a construção de um cidadão atento aos temas centrais da vida cotidiana); até formas de construção de ambientes que aliem qualidade de vida, segurança ambiental e crescimento econômico com mitigação dos abismos sociais.

A articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir de 2008, simboliza uma retomada em duas frentes desiguais, mas combinadas com a expansão econômica a ser gerida compulsoriamente de forma autônoma pelo Estado e pelo povo. As duas frentes são representadas pelas grandes forças da economia mundial que se reorganizam na escala global alçando suas filiais em países com grande capacidade econômica, como o Brasil; e, as forças potenciais de produção locais, situadas no interior das inúmeras e amplamente diversificadas regiões brasileiras que contam com aspectos que, partindo da sua configuração natural (suas águas, seu relevo, sua constituição geológica, biogeográfica e/ou climatológica, seus arranjos socioeconômicos e culturais), revelam o potencial de um

país cuja organização espacial aponta para um quadro efetivo de desenvolvimento humano, desde que corrigidas as falhas históricas de condução política e organização social, e respeitadas as particularidades locais e regionais. Como afirmam Caldas, Pacheco e Sobrinho (2012, p. 24),

Para atingir o objetivo político de combater às desigualdades regionais e contribuir na construção de um projeto de nação mais igualitária, segundo prega o discurso oficial, os Institutos Federais precisam estabelecer uma estreita relação com os territórios onde se situam: “A interferência no local propicia alteração na esfera maior” [...] isso significa ir além da compreensão de EPT como instrumentalizadora de pessoas para o trabalho, visando a atender exclusivamente aos interesses de mercado.

Acredita-se que a atual rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possa contribuir de forma cabal neste processo. Postula-se, como uma das prerrogativas dessa empreitada, a consideração da pesquisa social como fundamento, não apenas do ensino, mas do conhecimento que analisa a sociedade brasileira e é capaz de, em conjunto com pesquisas de saúde, exatas, das ciências da natureza, entre outras, promover subsídios para uma educação técnica e profissional voltada para a cidadania, tantas vezes fantasiada em discursos e políticas.

3 A pesquisa social como fundamento do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

A pesquisa social tem historicamente contribuído para o desenvolvimento das sociedades humanas, das estruturas capitalistas de produção nas diferentes dimensões empíricas da vida cotidiana, seja do mais simples cidadão e seu papel numa dada sociedade, até os povos cuja forma de organização social inspira estudos nas mais complexas maneiras de abordagens.

Sendo assim, pode-se conceber que a pesquisa social também tenha grande valia no âmbito do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, seja em sua aplicação mais empírica associada às ações de sala de aula, da própria pesquisa e extensão, seja na reflexão da funcionalidade dos IFs na conjuntura política, econômica e cultural brasileira.

Todavia, observa-se, em conformidade com o que indica o estudo *Liberar o potencial: transformar a educação e a formação técnica e profissional*, escrito por Chakroun, Holmes e Marope (2015), que a oferta dos sistemas de formação e de educação técnica e profissional, em muitos aspectos, deixa a desejar no que diz respeito ao seu potencial de promover o desenvolvimento.

Concebendo-se o caso brasileiro, a partir das ponderações expostas na seção 2 deste artigo, inicia-se um entendimento mais profundo sobre essa eminente fratura entre (a) *formação e educação técnica e profissional* e (b) *desenvolvimento*. Para tanto, além de aprofundar a discussão respeitando os devidos contextos histórico-espaciais, dever-se-ia olhar a conexão dos *aspectos internos* da própria estrutura das instituições responsáveis pela formação e educação técnica e profissional, sem separá-los da sociedade.

Acredita-se que um desses *aspectos internos* esteja relacionado à ausência de fundamentação, flexibilidade e coerência social entre a oferta de cursos técnicos integrados para com as demandas dos arranjos produtivos locais, e também, à falta dos suportes econômicos, culturais e científicos básicos, consorciados aos territórios e fornecidos pelo Estado e/ou pela sociedade organizada, necessários para a própria manutenção dos cursos e de sua proposta de formação e de impacto social.

Há, nesse entremeio, uma lacuna social cuja existência é pouco observada, haja vista a radiação que a modernidade produz na definição e na inserção política social dos cursos técnicos e profissionais na sociedade. Tomando como inspiração o mito da caverna de Platão (2005), talvez, impressionados pela expansão das tecnologias reluzentes da contemporaneidade e de seu reflexo cru em forma de próteses (poder-se-ia falar em sombras que dificultam a correta leitura de nossos problemas históricos) sobre o território, sobretudo, o comandado pelo mercado, as instituições de ensino técnico e profissional, em certa medida, tornam-se desligadas das necessidades básicas, e não atendidas, de boa parcela da população brasileira. Refere-se à saúde pública, à educação municipal e, em muitos casos, estadual, ao saneamento básico nas cidades, à habitação, ao emprego e à estabilidade, ao transporte público, entre outros. Em que a formação técnica tem contribuído para superar tais problemas? A oferta de vagas e de formação de habilidades e saberes tecnológicos para as classes que mais sofrem com esses problemas é suficiente?

A formação técnica e profissional ao se vincular com o desenvolvimento não pode ancorar-se apenas na produção de habilidades e saberes que se limitem à construção e/ou à manutenção de objetos. É preciso pensar os objetos a partir das reais necessidades dos territórios sociais. O conhecimento e as habilidades não podem ser baseados em sombras, mas, sim, na realidade social que os possibilita, conferindo materialidade.

Apesar da existência de preocupações nesse nível nos IFs, observa-se outra lacuna, política, na oferta de cursos que contemplem uma formação criativa e, ao mesmo tempo, orientada para demandas fundamentais da vida – como a produção de alimentos, a formação de agentes sociais fiscalizadores de políticas públicas, agentes produtores de tecnologias sociais para o convívio com a seca, com os ambientes periodicamente inundados – conjuntamente aos quadros de formação técnica cuja demanda é mais peculiar a dados arranjos produtivos locais e orientada pelo mercado.

As raízes desses aspectos dissolvidos aparentemente no fazer dos IFs ganham organização lógica na análise de sua evolução histórica e institucional. Dada a conjuntura de fatores internos e externos, suas imbricações econômicas, políticas e culturais, e a reunião de maior tempo para reflexão desses pontos, delinea-se neste artigo a discussão mais objetiva sobre a pesquisa social como aspecto interno e fundamento do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A pesquisa social não deve ser permeada por ações exclusivamente diagnósticas e conduzidas como complemento de carga horária na matriz curricular do Ensino Básico. Enquanto pesquisa social, ela deve acompanhar a sociedade em todo seu processo de luta, sendo parte da sua formação política, e não encarada como um mero instrumento externo às crises sociais, às características da área e do cotidiano local, regional e nacional. Esse dado materializa-se, quando nos currículos do Ensino Básico disciplinas como Geografia, História, Sociologia e Filosofia são deixadas em segundo plano, não sendo, às vezes, contempladas em determinadas séries do Ensino Médio por não terem vinculação direta como o conteúdo do currículo técnico. Mas, e a formação política, cultural e cidadã? Ainda que se fale de uma Matemática holística, de uma Química sistêmica e de uma Física quântica, de reconhecida contribuição aos estudos ambientais, diga-se de passagem, é impossível pensar uma formação “Básica” órfã das contri-

buições teóricas e empíricas imbuídas do devido rigor metodológico e científico das áreas do conhecimento humano.

Por isso, considerando o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, antes de tudo, como um meio de formação basilar do sujeito que realiza um curso integrado ou qualquer outro, a pesquisa social não deve constituir unicamente elemento metodológico das atividades de disciplinas do Ensino Básico, como a Sociologia, a História e a Geografia. Indo mais além, acredita-se que mesmo para os currículos técnicos, para as disciplinas da natureza e das exatas do Ensino Básico, a pesquisa social deve consistir, não em tema ou em assunto a ser abordado, tampouco como metodologia (embora não existam barreiras para tal), mas, sim, como alicerce contínuo de reflexão sobre o impacto desses saberes (disciplinas e interdisciplinas), dos currículos (matrizes curriculares), dos cursos (cursos técnicos integrados, subsequentes, superiores, etc.) e dos próprios IFs na sociedade local e regional.

As mudanças produzidas em ritmo instantâneo na atualidade por meio da internet, dos meios de comunicação como a TV, o rádio e o telefone, as geotecnologias, os sistemas de transporte, entre outros sistemas de engenharias impõem, sobre o espaço¹, constantes reajustes que repercutem sobre as formas de sociabilidade, o que inclui a educação. Assim, tendências socialmente diagnosticadas podem sofrer variações, que, não sendo devidamente acompanhadas e discutidas, podem produzir entraves à gestão e até à fluidez de projetos político-pedagógicos.

¹ Concebemos o espaço enquanto objeto de estudo da Geografia. Tido como uma instância social, assim como a cultura, a economia e a política, por exemplo, o espaço pode ser entendido como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos criados pela sociedade como, rodovias, aeroportos, campos de cultivo, redes de telecomunicação, cidades, entre outros, e objetos naturais utilizados como suporte ecológico pelo Homem como, rios, mares, o clima, o solo, o relevo, os recursos minerais, etc., mais os sistemas de ações, exemplificado pelas normas morais, leis, costumes, decisões, políticas, sanções, sentimentos, acordos, entre outros, concebidos pela sociedade, conforme os interesses e conflitos dos diferentes grupos sociais que a compõem, quais sejam, empresas, Estados-Nações, grupos indígenas, quilombolas, professores, advogados, ONG's, movimentos sociais, etc. O espaço é assim um todo construído pelo Homem a partir das relações sociais sobre a Natureza sempre presente, marcado por história, e, dialeticamente, em constante metamorfose (SANTOS, 2006).

A responsabilidade da pesquisa social é, nesses termos, tarefa complexa e demanda esforços de toda organização social, sendo, obviamente, dever inerente aos indivíduos atuantes no âmbito dos IFs, sejam técnicos administrativos, gestores, docentes e/ou sejam estudantes. Não há, nesse caso, uma divisão acadêmica para a realização da pesquisa social, muito embora ela ganhe papel de coadjuvante no movimento do processo de planejamento e de gestão dos Institutos Federais.

Há, pois, a necessidade de chamar atenção para a relevância que a pesquisa social apresenta no contexto dos IFs para além da função metodológica que exerce no seio das ciências humanas, não se limitando a uma forma de operacionalização do conhecimento em certas disciplinas ou matérias inseridas no currículo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Vê-se, sem embargos, ainda sob a forte discussão da interdisciplinaridade, que a pesquisa social desponta de grande centralidade no corpo teórico e metodológico de disciplinas como a Antropologia, Filosofia, Economia, História, Sociologia e Geografia. Entre elas, a Geografia destaca-se enquanto ciência que academicamente possui uma divisão clássica entre Geografia Humana e Geografia Física.

Em razão dessa dualização da ênfase geográfica, falar sobre pesquisa social em Geografia não soa forçoso, haja vista a existência de muitos trabalhos, ditos de Geografia, que se afastam de forma grosseira do *Humano*, aparentando tratados de uma paisagem natural pré-histórica. A crítica se vale no pressuposto que a Geografia, enquanto ciência humanista, deve compreender a produção do espaço geográfico, seu objeto de estudo, por e a partir das relações entre Sociedade e Natureza, e não considerando uma dessas dimensões isoladamente.

Ainda que o foco do pesquisador recaia sobre o clima, a gênese do relevo, a constituição geológica de uma dada área, a composição físico-química de um dado solo, entre outros aspectos, a conexão com o humano se faz necessária no âmbito da Geografia, por quatro fatores elementares: (1) a concepção de natureza, originalmente social, é datada historicamente e concebida na cabeça dos homens movidos por interesses particulares e visões de mundo (MARX, 2012); (2) os seres humanos são seres sensíveis e mantêm com o meio uma relação contínua, sendo por esse meio influenciados (SANTOS, 2006); (3) dependendo de suas condições técnicas e tecnológicas e de sua forma de organização econômica e política, o ser

humano disporá de maiores ou de menores interferências sobre o substrato natural (CLAVAL, 1997); e (4) sendo o Homem um ser social não há, pois, produção de espaço antissocial, uma vez que o espaço é oriundo das relações sociais (CARLOS, 2011). Resultará desses fatores que o modo de exploração da natureza e de organização social conduzirá diferentes formas de configuração do espaço geográfico.

Mesmo diante dessas questões que ainda compõem o debate ontológico e epistemológico da Geografia, crê-se que dessa ciência é possível conduzir importantes contribuições às demandas de pesquisa social no âmbito dos IFs. O fato de apoiar sua análise num objeto de estudo que sintetiza em constante metamorfose as relações entre Sociedade e Natureza, sendo o próprio espaço uma instância dessas relações, eleva a Geografia ao patamar de importante área do conhecimento, seja do ponto de vista didático e formativo, seja no que diz respeito à análise conjuntural e estrutural dos IFs na sociedade globalizada.

4 Tópicos de pesquisa social à luz da Geografia

Seria possível enumerar e descrever aqui um extenso leque de tópicos (assuntos) nos quais a Geografia se estabeleceu historicamente como importante caminho de reflexão social e humanista. Tendo como finalidade ilustrar a contribuição dessa ciência no que concerne à pesquisa social, faz-se uma análise sucinta, de caráter introdutório, de cinco tópicos de grande relevância na contemporaneidade, que permeiam os ideais de formação técnica, tecnológica e profissional dos IFs, quais sejam: (a) trabalho; (b) globalização; (c) questões socioambientais; (d) desenvolvimento; (e) cidadania.

Sem esgotar os caminhos de reflexão correntemente debatidos pela Geografia e pela pesquisa social, de uma forma mais ampla, listam-se alguns caminhos temáticos, a fim de responder o seguinte questionamento: *Como a Geografia pode contribuir com a pesquisa social balizada no âmbito dos IFs na contemporaneidade brasileira?* Sem esgotar as possibilidades dadas pela Geografia e pela pesquisa em si, enumeram-se alguns caminhos temáticos.

a. Trabalho:

Concebendo o trabalho a partir da concepção relacionada ao emprego e à geração de renda, os estudos de Geografia da população e da economia

têm condições de fornecer valiosos subsídios. A construção de habilidades é, na concepção de Chakroun, Holmes e Marope (2015), uma das tarefas da formação e da educação técnica e profissional, uma vez que os mecanismos do mercado de trabalho demandam indivíduos com tais qualidades.

Crê-se, contudo, que a perspectiva de formação dos IFs deve estar voltada para a inserção do jovem no mundo do trabalho, fato indicado pela própria UNESCO (CHAKROUN; HOLMES; MAROPE, 2015) como um grande desafio. O processo de modernização produtiva, em países como o Brasil, foi acompanhado de considerável crescimento populacional nos últimos cinquenta anos. Isso implicou no crescimento do desemprego entre os jovens, curiosamente, no período em que as demandas por trabalhadores qualificados aumentaram.

A oferta de cursos técnicos, que também foi crescente, especialmente a partir do início do século XXI, concorreu em ritmo desigual ao crescimento da população jovem, não apenas deixando de gerar vagas suficientes, mas atuando de forma desigual às forças de corrupção do jovem no Ensino Básico, quais sejam: a marginalização, a violência, o próprio desemprego, a pobreza e a exclusão social.

Essa realidade confirma a tese de que a Educação não é, por si mesma, a redentora da sociedade. Há, no entanto, a consciência que, se com a educação a tarefa de transformar a realidade é dificultada, tampouco sem ela será possível promover mudanças estruturais na sociedade brasileira (FREIRE, 2004). Destarte, o estudo da composição da população ativa e inativa, conforme explica Andrade (1998) em estudo sobre a Geografia Econômica do Nordeste, é uma forma de caracterizar a população atendida pelos serviços de educação de cada IF no Brasil.

Para tanto, há que se destacar que o perfil dessa população não irá variar apenas regionalmente, conforme as demandas produtivas locais, mas também ao longo do tempo, segundo as transformações tecnológicas que podem afetar diretamente certos postos de trabalho, ampliando sua demanda ou simplesmente eliminando-os dos sistemas de produção dominantes.

Neste sentido, é interessante a apreensão da concepção marxista de trabalho como qualquer dispêndio de força, física ou mental, realizada em determinada atividade (MARX, 2012). Em tempos em que o trabalho intelectual torna-se mais valorizado em certos segmentos que o trabalho braçal, bem

como devido ao estudo de formas resistentes e maquiadas de escravidão, a consideração da categoria marxista de trabalho pode ampliar a compreensão das relações existentes entre sociedade e natureza, mediadas pelo trabalho.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Damiani (2008) que, inspirada no marxismo, discute temas como crescimento vegetativo, desemprego, migrações e dinâmica populacional.

Os estudos da população, na conjuntura dos IFs, viabilizam o acompanhamento de um conjunto de pessoas com expectativas, ainda que potenciais, quanto à existência de uma instituição de porte federal voltada para a educação em uma área composta por certo número de municípios. Isso torna a tarefa dos IFs necessariamente sensível às variações internas entre os municípios, bem como atenta às potencialidades e às dinâmicas demográficas existentes em seu recorte de atuação, inclusive, no âmbito da equipe de trabalho e estudantil de cada *Campus*.

O estudo da conjuntura econômica exige, porém, que essa área de atuação seja compreendida dentro de uma totalidade², pois, sem ela, as ações de planejamento podem tornar-se vulneráveis às grandes mudanças estruturais da economia. Essas mudanças, materializadas especialmente em momentos de grandes retomadas de crescimento econômico e de crises estruturais da economia, promovem, em situações extremamente negativas, o escanteamento de arranjos produtivos locais em face dos processos de modernização disponíveis e o desarranjo das bases produtivas locais, respectivamente.

O conhecimento sobre a população – suas expectativas de formação e de trabalho, sua adesão à proposta preconcebida na alçada dos IFs, além da concepção sobre as dinâmicas e sobre as tendências demográficas (crescimento, expectativa de vida, migrações, etc.) e econômicas (demanda por empregos

² Utiliza-se o termo totalidade, conforme assinala Santos (2012, p. 85-86), quando diz que “o espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território, seja qual for a escala da observação, e que cada ponto de espaço é solitário dos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço”.

no setor primário, secundário, terciário e quaternário) – constitui importante fomento do fazer gestão nos IFs e do próprio ensino.

Nesse aspecto, uma das lacunas, cuja gravidade ainda é pouco estudada em escalas geográficas menores de responsabilidade de cada unidade dos IFs, são as atividades econômicas cuja potencialidade mantém-se inativa por ausência de estímulos privados e, principalmente, públicos. Um exemplo são as formas de trabalho relacionadas à produção de alimentos. Um país em que a estrutura econômica era a menos de 60 anos predominantemente rural, não pode ter esquecido de que uma das condições básicas para uma vida com qualidade esteja no consumo de alimentos saudáveis.

Em muitas regiões interioranas, onde os IFs atuam em cidades pequenas, vê-se, contudo, um afunilamento dos cursos técnicos em áreas voltadas ao setor industrial e comercial. Ocorre que, nessas cidades, o passado ainda é vivo na forma de extensas áreas rurais abandonadas pelas mudanças econômicas e políticas, e a potencialidade das atividades primárias é encostada às sombras de um mercado de trabalho profundamente saturado no setor secundário e, principalmente, terciário. Não estaria na alçada dos IFs otimizar potencialidades em nível local incentivando a produção de alimentos saudáveis por meio da formação de jovens com habilidades técnicas para tal? Quais articulações institucionais e político-sociais seriam necessárias para essa empreitada?

Lembra-se que a formação técnica deve ser objetiva, atendendo às demandas materiais da economia, mas frisa-se que, paralelamente à economia, existe uma demanda social que solicita cidadãos conscientes e criativos, a fim de criar novas formas de geração de trabalho, produzir retomadas de crescimento econômico em setores estratégicos, como produção de energia limpa, geração de alimentos, e representação social, conduzindo os arranjos locais não apenas para um desenvolvimento de superfície econômica, mas para um desenvolvimento pautado na formação de jovens com habilidades técnicas, com atuação social e com consciência política.

b. Globalização:

Longe de ser um mundo integrado por tecnologias que diminuem as desigualdades, o processo de globalização caracteriza-se por suas contradições. Trata-se de um mundo onde o que se globaliza são certos indivíduos e lugares, que possuem mais poder

e influência econômica, política e cultural (SANTOS, 2007). Um dos aportes dessas formas de poder é o domínio da técnica e da ciência, que, juntas à informação, viabilizam o controle e a produção de sistemas modernos de engenharia da informação, da telecomunicação e dos transportes, tornando o espaço contínuo ao capital e aos Estados-nação mais desenvolvidos, no entanto criam barreiras de difícil transposição para as populações de poder aquisitivo mais baixo em países subdesenvolvidos e emergentes como o Brasil.

Sem embargos, a educação pode contribuir com um projeto nacional que – ao contrário do que o Brasil fez em certos momentos de sua história, como durante a Ditadura Militar e depois com a privatização de fatias de seu território – vise à produção de condições sociais favoráveis à saída da população da pobreza para um patamar de existência digna apoiada em ideais de justiça social, de sustentabilidade e de cidadania. Todavia, essa expectativa precisa ser materializada em várias dimensões de poder, inclusive, naquela de competência das instituições de ensino como os IFs.

Assim sendo, a compreensão de como é consolidado o processo de globalização é uma forma de romper com as ingenuidades que atuam nos discursos de autoridades do meio político e até do meio acadêmico. A inserção do Brasil no mundo globalizado tem sido marcada pela submissão de certos grupos da sociedade brasileira aos interesses capitalistas das grandes empresas e à venda de porções do território e dos suportes técnicos existentes, como rodovias, hidrelétricas, empresas de mineração, etc. para o capital privado.

A formação técnica e profissional pode atuar de modo a alimentar esses mecanismos ou, de maneira não alinhada a eles, conduzir processos de formação que voltam as costas para o processo de globalização perverso, instigando a formação de jovens com capacidade de desenvolver técnicas e sistemas locais de produção que promovam crescimento local autônomo e, assim, uma outra globalização, conforme assinala Santos (2007).

Para esse autor, nunca, ao longo da história, houve tantas condições técnicas e científicas para a construção de um mundo que priorize a dignidade humana. Entre as mais recentes técnicas que permitem o acesso à informação, a internet, por exemplo, estrutura-se a partir de um encadeamento de técnicas anteriores e/ou correlatas, como os

satélites artificiais, a microeletrônica, a robótica e as telecomunicações. Essas e outras condições vêm, contudo, sendo expropriadas por um pequeno grupo de corporações e Estados nacionais, à medida que, fortemente, expande-se uma noção ingênua de aproximação conferida pelos usuários de redes sociais.

Sendo os IFs instituições que promovem o Ensino Básico e Técnico, é fundamental que, na instituição e, especificamente, no bojo das suas fundamentações teóricas de plano de curso, plano institucional, entre outros, a concepção de técnica esteja atrelada a um modo de produzir conhecimento alicerçado na promoção de uma cidadania em seu estado puro. A mercê do que se possa imaginar, o serviço de internet, tido como uma inovação em nossos tempos, ainda é uma ficção para mais da metade da população do planeta. Mais de 50% da população latino-americana e caribenha, mais de 70% da população asiática e mais de 80% da população africana não tem acesso à internet (INTERNET WORLD STATS, 2013).

Não se trata de preparar mão de obra para a empresa “X” ou para o comércio “Y”, mas de, com base nas particularidades do trabalho local e regional, criar condições de formação básica com ampla fundamentação teórico-cidadã, avançando para uma formação técnica de desenvolvimento de habilidades, inclusive, de atuação política (não se trata aqui de política partidária!).

A Geografia tem se consolidado como caminho de reflexão crítica dos sistemas hegemônicos da globalização e de formas alternativas que, em razão das possibilidades técnicas atuais, também dispõem de materialização em escala global (é possível mencionar os grupos sociais que realizam e divulgam suas propostas contra a corrupção, o terrorismo, em defesa do meio ambiente, entre outros temas pela internet, por exemplo). Os estudos apontam para o surgimento de ONGs, de associações, de grupos de pesquisa, entre outras, que, fazendo uso das tecnologias da comunicação e informática, dos meios de transporte existente, dos mecanismos de produção de energia limpa, promovem ações de inclusão social e integração econômica.

O que torna peculiar a contribuição oriunda da Geografia, ante as demais ciências, é a possibilidade de observar as nuances dessas ações em diferentes escalas, do local ao global e vice-versa, sendo sensível às mudanças de rumo e às (des)territorialidades que se formam à medida que tais iniciativas são organizadas. A ocorrência de conflitos, a reorganização de

arranjos produtivos e até os impactos socioambientais resultantes dessas novas atividades são sintetizados a partir do entendimento do espaço geográfico e de seu processo de (re)produção ininterrupta.

São subtemas com abordagem geográfica possíveis: a influência da internet e do ciberespaço sobre as relações sociais do mundo real; o uso e criação de softwares de geoprocessamento e produção de mapas sobre controle, sobre impactos, problemas e sobre vulnerabilidades socioambientais; análise de conflitos resultantes da influência de agentes globais de comunicação (incluindo publicidade, produção do mercado cinematográfico, musical, etc.) sobre as raízes culturais locais; o papel das técnicas na produção da mais valia em arranjos de economia regional e as articulações internas e externas dessas técnicas com agentes sociais internacionais, nacionais e intrarregionais; entre outros.

c. Questões socioambientais:

A emergência da temática ambiental, a partir das discussões mundiais realizadas na década de 1960, como o Clube de Roma, gera reflexos sobre a maneira como o ambiente é percebido e tratado. O modelo de crescimento econômico é colocado em discussão, e debates nacionais e internacionais sobre meio ambiente multiplicam-se em todo o mundo.

A Geografia é uma das ciências que tem dedicado especial atenção a esses debates que, na esfera de atuação de instituições de ensino como os IFs, podem ser ampliados tendo em vista sua interface com o ensino técnico e profissional. Acredita-se, pois, que essa tarefa pode ser incentivada não apenas no seio de cursos técnicos de controle ambiental, agroecologia, gestão ambiental, licenciaturas de Geografia e Biologia, mas também em outros.

A conexão da temática ambiental com as questões sociais, como a cidadania, a vida no meio urbano e rural, o uso dos recursos naturais (água, solos, riquezas minerais, entre outros), amplia as chances de contribuição da Geografia em atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e/ou à extensão. Em cursos como o de técnico em informática os estudos em Geografia podem conduzir compreensões sobre o impacto das transformações tecnológicas sobre o ambiente e as condições de vida do Homem numa sociedade (des) integrada em redes.

O espaço, objeto de estudo da Geografia, permite a análise do mundo globalizado, partindo da influência das redes de comunicação como a internet

até a expansão das empresas de telecomunicação. O estudo desses elementos pode estar associado à capacidade da sua influência sobre o consumo nas diferentes classes sociais. Mais à frente, torna-se possível introduzir uma concepção sistêmica de sociedade vinculando-a à forma como a economia está organizada, avançando para o estudo dos impactos ambientais dessa economia global sobre os recursos naturais, assim como realiza Porto-Gonçalves (2011) em *A globalização da natureza e a natureza da globalização*.

Em cursos como Edificações e Eletrotécnica as aulas de Geografia podem servir para ilustrar o percurso que os materiais usados no dia a dia dos profissionais atuantes nessas carreiras possuem no bojo das relações socioeconômicas. Considerando, desde as áreas onde ocorre a extração dos recursos até o processo de transformação com as várias fases da matéria prima na indústria, e, por fim, sua disposição em unidades comerciais, o conhecimento geográfico gera condições de significação dos conteúdos, além de possibilitar uma experiência formativa coerente com a vida cotidiana.

As possibilidades de estudo das questões socioambientais mediante ou a partir da Geografia não ficam restritas ao ensino. O campo da pesquisa e da extensão constitui-se em via promissora de trabalho com a Geografia nos IFs, especialmente, por unir em ações organizadas, a um só tempo, a teorização geográfica, a empirização vinculada à realidade social local e regional, bem como à fundamentação da atividade técnica pelos saberes básicos curriculares de qualquer projeto de profissional, independentemente, da especificidade técnica.

Lembra-se ainda que, diante de uma sociedade globalizada, na qual os problemas ambientais tornam-se temas hodiernos, a contribuição de disciplinas holísticas, como a Geografia, não pode ser desprezada por qualquer setor cujos projetos de gestão tenham conexão com a vida. Destarte, atividades estratégicas de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão sobre meio ambiente, semanas tecnológicas de meio ambiente e tecnologia, debates, produção de planos de desenvolvimento educacional, entre outros, precisam considerar as contribuições oriundas do estudo do espaço geográfico.

d. Desenvolvimento:

O discurso de desenvolvimento adotado em períodos de forte expansão no Brasil não tem sido

suficiente para conduzir mudanças em suas estruturas sociais. Observa-se que paralelamente ao surgimento de ilhas e de arquipélagos de desenvolvimento econômico e social em escala intra ou inter-regional, as dissonâncias providas da ausência de ações solidárias do ponto de vista da cidadania geram mais a desregulação dos pressupostos básicos de desenvolvimento que a sua efetivação.

Entre esses pressupostos, destacam-se a eficiência econômica, o equilíbrio das condições ambientais e a justiça social. A composição da ideia de desenvolvimento a partir desses pilares vem sendo muito criticada, especialmente pela dificuldade de se reunir, em um mesmo processo, atividades econômicas, cuja reprodução não produza mais desequilíbrios ambientais e injustiça social. Além disso, há que se apontar quem conduz as políticas tidas como de desenvolvimento, isto é, as personificações do capital ou o próprio Estado a serviço do capital. Salienta-se que a economia não constitui um todo homogêneo, sendo ela estruturada com ações de nível global que manipulam e determinam atividades de escalas inferiores, atingindo inclusive os arranjos locais.

Tendo em vista que o trabalho dos IFs ocorre na linha de contato com esses arranjos locais e regionais, concebe-se que tanto a concepção de planejamento dos *campi* quanto a constituição das matrizes curriculares e sua constante atualização à disposição de saberes provenientes da pesquisa social sejam necessários ao fortalecimento dos vínculos entre IFs e sistemas produtivos locais.

Sendo assim, alinham-se com os estudos em Geografia temas como: desenvolvimento local, turismo local e sustentabilidade, gestão dos recursos hídricos, produção de alimentos, resíduos sólidos, crescimento urbano, dinâmicas rurais e urbanas, relações de trabalho na escala das redes urbanas, arranjos produtivos locais, impactos socioambientais, políticas públicas, relações entre trabalho, renda e consumo, entre outros.

Trata-se, pois, de um tópico de pesquisa social abrangente e de fácil abordagem interdisciplinar. Os perigos circundam na superficialidade dos estudos. No caso dos IFs, os estudos, sejam em Geografia ou outra disciplina, exigem articulações com as especificidades locais. O cuidado nessas relações deve vir acompanhado de atenção para a não produção de trabalhos sem articulação com os pressupostos teóricos da disciplina, que fornecem sustentação ao

trabalho, e de ações que se materializam em escalas superiores ao local.

Sobre esse último aspecto, em Geografia, concebe-se que os estudos, cujo foco limita-se a uma esfera espacial muito pequena, uma cidade pequena, por exemplo, deve atentar para a identificação dos fluxos e das ações que articulam a escala local com as demais, sejam regionais, nacionais e internacionais. A conjuntura de países como o Brasil, cujas relações econômicas, culturais, ambientais e políticas efetivam-se em escala global, a observação das densidades dessas relações permite identificar em que medida os arranjos locais são influenciados pelas dinâmicas hegemônicas da globalização.

Entre o extenso leque de estudos geográficos representativos do potencial da Geografia em analisar temáticas centrais ligadas à questão do desenvolvimento e percebidas no âmbito local citam-se, de forma comentada, algumas obras basilares da Geografia brasileira:

1. *A terra e o homem do Nordeste*, de Manoel Correia de Andrade (2005) – estudo da realidade nordestina à luz dos arranjos espaciais produzidos historicamente, compondo um quadro paisagístico bastante heterogêneo, do litoral úmido às caatingas da depressão sertaneja, submetidos a diferentes formas de apropriação e de uso dos recursos naturais;

2. *Os domínios de natureza no Brasil*, de Aziz Nacib Ab'Saber (2007) – análise das potencialidades paisagísticas do Brasil a partir de seus domínios de natureza, com ênfase em seus aspectos físicos e em suas formas de utilização humana, com os impactos socioambientais consequentes;

3. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*, de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2008) – estudo detalhado das quantidades e das qualidades do território brasileiro, descrevendo a dinamicidade do espaço nacional a partir das peculiaridades territoriais;

4. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*, de Josué de Castro (2006) – mapeamento da fome no Brasil, análise ecológica do problema da fome e estudo dos hábitos alimentares em diferentes recortes do território brasileiro, indicando causas naturais e sociais.

e. Cidadania:

A lógica do mercado também aparece presente no discurso de muitos IFs. Falar que tais instituições preparam mão de obra para o mercado de trabalho

não é apenas um dizer sem nexos com funcionalidade, mas, sim, o reflexo da imposição que os mercados dispõem até mesmo na formação de jovens trabalhadores no Brasil atualmente. A reversão dessa influência predominante do mercado para um processo em que as ações governamentais sejam mais comprometidas com as demandas da totalidade social continua sendo discutida. Por isso, o trabalho de ensino, pesquisa e extensão nos institutos vem sendo modelado, desde 2008, a partir dos anseios das realidades locais, pelo menos, no que se refere às políticas instituídas.

Tomando por empréstimo a noção de *locais*, em Geografia, nem sempre o local é fruto de forças internas. Sobretudo hoje, num mundo marcado pelos fluxos transfronteiriços, as imposições externas tornam-se muito determinantes do que se passa localmente. Portanto, quando se trata de *interno* não necessariamente remete-se ao país. Trata-se de uma aplicação ligada à escala, logo, o interno pode ser referente ao país, à região ou mesmo a uma cidade.

Essa influência do externo sobre o interno, aliás, é algo que remete à formação do espaço geográfico brasileiro desde os tempos coloniais. Acredita-se que a noção de cidadania seja, pois, um tema de interesse da pesquisa social brasileira e esteja, no que concerne à Geografia, na pauta de suas análises sociais, especialmente, no contexto da globalização e de seus impactos em países subdesenvolvidos.

Diferentemente dos períodos iniciais da colonização, o espaço inerente ao Estado brasileiro é território de um povo constituído por laços mais ou menos fortes, entre os quais destacam-se a língua e a história. Concebe-se, porém, que tanto na língua, como na história, o Brasil dispõe de farta variedade. Esse cenário repete-se no tema da cidadania, igualmente heterogêneo, uma vez que se trata de um país com dimensões continentais e diversificada formação cultural.

Talvez, esteja nessa característica a grande dificuldade de se identificar a influência do que é externo e desconexo aos interesses locais quando da ação de projetos de pesquisa e extensão realizados no âmbito dos IFs. Em outras palavras, muitos estudos realizados atualmente convergem para interesses externos às sociedades locais, afastando-se, por ora, das demandas da cidadania.

Confia-se que essa confusão produzida pelo mundo globalizado ganhe respaldo do Estado à medida que consolida políticas de formação com forte ênfase na inovação, esquecendo-se das demandas

preexistentes como a oferta de saúde pública de qualidade, educação com excelência, serviços de mobilidade pública, geração de emprego e renda com estabilidade, entre outros.

A proposta de atuação dos IFs tem sido muitas vezes dirigida para uma inovação *cega* frente às demandas preexistentes, as quais possuem carências consideráveis em cidades, em áreas rurais, em vilarejos e até em grandes regiões do Brasil. Longe de condenar as propostas relacionadas a criação de tecnologias de comunicação, engenharias infraestruturais, estudos laboratoriais, espera-se que essa inovação, também necessária, não se constitua um rolo compressor de mercado voltado para alimentar empresas, esquecendo de uma outra função muito mais enobrecedora da existência dos IFs: a formação de sujeitos cidadãos, críticos e emancipados.

Nessa perspectiva, à luz da Geografia, apontam-se temas que podem ser desenvolvidos nos estudos, nas pesquisas e nos projetos sociais no âmbito dos IFs. Inicialmente, concebe-se que, antes de formar técnicos, caberia aos IFs formar sujeitos politizados. Refere-se aqui ao sujeito cidadão que assume seu papel como integrante de uma sociedade e é consciente de seus deveres e direitos.

Tragicamente, as experiências educativas que não são restritas às escolas têm contribuído para formar dois modelos contraditórios de Homem, os quais convivem no mesmo ser: o cidadão individualista e o consumidor voraz. O resultado dessa combinação nas cidades, por exemplo, tem sido o esvaziamento dos espaços públicos, tema que pode ser muito bem explorado, tal como o faz Gomes (2010).

Nessa mesma perspectiva, abre-se a possibilidade de análise, seguindo a proposta de Santos (2012), sobre as relações entre demanda e oferta no que diz respeito aos serviços públicos essenciais, como saneamento básico, saúde, emprego, educação, entre outros. Em países do mundo subdesenvolvido, mesmo os emergentes, a demanda por tais serviços tem um caráter mais difuso que a respectiva oferta, sendo esta pontual. Os estudos de pesquisa podem apontar essa dissonância em nível das áreas de atuação dos IFs, fomentando a formação de jovens conhecedores dos problemas e dos dilemas regionais.

A má atuação do Estado deve ser outro tema passível de reflexão. Na conjuntura política democrática, o Estado deve atuar como representante do interesse público. Todavia, na conjuntura neoliberal capitalista, é o Estado o intermediador de interesses

do capital, os quais são colocados sobre as demandas da totalidade social. Que falar, então, das obras milionárias dos grandes eventos feitas em anos, sem contar com os prejuízos deixados com os desvios de verbas, perante as demandas centenárias por melhor educação, melhor saúde, mais empregos, estabilidade profissional, etc.?

Esses e outros subtemas configuram a questão da cidadania em tratamento na Geografia. Junto com esses temas, correlacionam-se a questão ambiental urbana e rural, a violência, a precariedade dos serviços de transporte público, a segregação socioespacial urbana, os conflitos entre torcidas organizadas nas cidades, entre outros assuntos. A inovação, acredite-se, deve estar presente primeiramente na atuação dos IFs para a totalidade social, para o mundo do trabalho, para a qualidade de vida e para a conservação ambiental.

As raízes dessas instituições indicam que, por muito tempo, a formação técnica e profissional foi utilizada como suporte de geração de mais valia a elites. Se essa mais valia ainda é produzida hoje e de forma global, é preciso repensar o destino das ações de formação educativas, tendo como prioridade não a formação de mão de obra para o mercado, mas a formação de cidadãos com laços territoriais e consciência política.

A existência de cursos técnicos voltados para setores de formação técnica e profissional ligados à inovação também deve ser conduzida seriamente, e em grau de importância associado à formação básica pelas contribuições das ciências sociais. O estudo da (re)produção do espaço, a partir de suas contradições e solidariedades, como o interno e o externo, Estado e o mercado, o novo e o velho, a inovação e o preexistente, pode ser interessante subsídio metodológico, seja para o ensino, seja para a construção de projetos de pesquisa e extensão mais específicos.

5 Possibilidades interdisciplinares na pesquisa social

Assim como qualquer outro subtronco do conhecimento, as ciências sociais dispõem de possibilidades teórico-metodológicas de construção analíticas interdisciplinares. Os cinco tópicos listados e descritos de forma sucinta anteriormente não são objetos exclusivos da Geografia, já que ela não se propõe a isso. Tem-se, sem embargos, que as possibilidades de abordagem desses temas não se esgotam em nenhuma área específica do saber.

A depender das características do objeto a ser estudado, o diálogo entre áreas de conhecimento pode ser um passo fundamental para uma melhor compreensão do próprio objeto e para o sucesso da pesquisa. Salienta-se, contudo, que a pesquisa interdisciplinar não pode ser conduzida na perspectiva de junção de saberes, pois há o risco de, em vez de inter-relacionar saberes, produzir retalhos de conhecimento que não constituem um todo coerente e interdisciplinar, uma vez que não há um avanço epistemológico, nem metodológico, elaborando um trabalho que indica a forma de cada área observar um problema, isto é, uma ação multidisciplinar.

Os IFs são, nesse ínterim, campos férteis para a produção de experiências interdisciplinares, principalmente, por disporem de condições mais objetivas para relacionar o ensino às questões práticas do cotidiano, podendo chegar à profissionalização com a atuação dos componentes curriculares técnicos. Reside, porém, nessa ponta do processo, o cuidado em não prover uma formação pautada na objetivação do profissional para o mercado, mas, sim, na contribuição em auxiliar a formação do Homem com base nos conhecimentos científicos e populares, historicamente acumulados, dispondo em favor dele habilidades necessárias para sua atuação no mundo do trabalho social e da vida coletiva.

6 Considerações finais

OExiste a necessidade de fundamentar a pesquisa social como forma de apoio cabal ao modelo de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico. Essa concepção é apresentada pela história que constrói os atuais IFs. Essas instituições no passado, desde a criação da Escola de Aprendizes e Artífices, em 1909, tiveram utilidades de controle social e reprodução de força de trabalho qualificada para servir às elites industriais brasileiras, compondo o quadro de expressão dos moldes capitalistas industriais oriundos dos países industrializados desde o século XVIII.

Com a neoliberalização econômica, tais instituições, trajadas de novas funções e nomenclaturas, ganhavam mais autonomia, sendo, contudo, mantidas em estruturas de produção de conhecimento cujo controle era mediado pela lógica de mercado. Essa lógica alcança na contemporaneidade padrões globalizados e tem, no Estado, o principal reprodutor de suas exigências.

Crê-se, porém, que os IFs ainda que associados à lógica de mercado possam – em consonância com

os capítulos de sua história escritos pelas classes trabalhadoras em busca de uma melhor educação, de conquistas dos profissionais por melhores condições de trabalho e visando a uma formação humanista – contribuir na formação do técnico profissional que, antes e por essência, é um ser político e de bases cidadãs.

Áreas de conhecimento como a Geografia permitem a condução de linhas estudo e pesquisa coerentes a essas demandas, haja vista sua proximidade com temas importantes como trabalho, globalização, questões socioambientais, desenvolvimento e cidadania.

Por fim, crê-se que essas contribuições podem atrelar valor inovador à formação, mediante as possibilidades de ações interdisciplinares na pesquisa social, o que amplia o leque de profissionais e estudiosos envolvidos diretamente com o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, instituídos por habilidades e saberes holísticos construídos a partir das experiências cotidianas.

7 Considerações finais

Agradeço à equipe de coordenação da revista Principia do IFPB pela incessante comunicação e divulgação dos trabalhos e dos projetos realizados no âmbito da pesquisa, da extensão e do ensino; às pessoas do IFPB – Campus Esperança pela receptividade com que fui acolhido, e aos jovens que inspiram nossa tarefa de escrever pensando por e a partir de nossa prática profissional como professor-estudante e estudante-professor.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê, 2007.

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica do Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **A terra e o homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005.

CALDAS, L.; PACHECO, E. M.; SOBRINHO, M. D. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades. In: MORIGI, V.; PACHECO,

E. M. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania.** Porto Alegre: Tekné, 2012.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHAKROUN, B.; HOLMES, K. P.; MAROPE, P. T. M. **Liberar o potencial: transformar a educação e a formação técnica e profissional.** Brasília: UNESCO, 2015.

CLAVAL, P. As abordagens da Geografia cultural. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, A. **População e geografia.** São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Global, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

INTERNET WORLD STATS. **World internet usage and population statistics.** 2013. Disponível em: <www.internetworldstats.com>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** 2015. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MORIGI, V.; PACHECO, E. M. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania.** Porto Alegre: Tekné, 2012.

PLATÃO. **A república.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2007.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2008.